A ANOMALIA DO FATO ADMINISTRATIVO*

Fernando G. Tenório**

1. Incitação; 2. A saída interdisciplinar; 3. A saída antiparadigmática; 4. Começo.

As teorias organizacionais como abordagens metafísicas da ação administrativa. Enfoque da racionalidade funcional de forma mais abrangente, incorporando, inclusive, ao estudo da Administração, conteúdos não-convencionais.

1. *Incitação*

A ingenuidade[1] das teorias organizacionais e dos que a reproduzem, conceitual ou operacionalmente, nos leva a crer que sua forma de pensar e agir recopila metafisicamente a ação administrativa. De um lado, procura-se tornar transcendente o que não é e, de outro, traduzir em substância o que é acidental, atitude conseqüente das ilusões em que a linguagem nos envolve. Não queremos dizer que o fato administrativo não possa ser objeto de estudo ou que essa possibilidade epistemológica não logre ser implementada. A intenção deste artigo é a de sublevar a "normalidade" no estudo das teorias organizacionais e, por conseguinte, provocar, ainda que temporariamente, uma perspectiva "anormal" para se compreender a ação administrativa.

O intuito de examinar a possibilidade de que o estudo e a prática administrativa sejam feitos de forma "incomum" é decorrente da verificação de que isto ocorre apenas por meio de sátiras. Poucas vezes encontramos textos que sirvam de contraponto, de anti-razão ao que é funcionalmente aceito. Há que se agredir e violentar o *establishment* acadêmico para que ele saia de sua inércia funcionalista e negocie com outros conhecimentos, formas de saber ou maneiras de pensar a ação dentro dos sistemas sociais formalmente organizados, a fim de alcançar a sua emancipação. Não basta ser possível identificar as interfaces sociais ou grupos informais; instrumentalizar a ação administrativa segundo cânones positivistas; decidir por meio de sofisticados equipamentos eletrônicos, se não se possui uma visão crítica da teoria organizacional e das suas conseqüências práticas. Há que se estabelecer uma ruptura do pensar administrativo linear, historiográfico, acrítico, voltado para o pragmatismo de efeitos autoritários, substituindo-o por uma atitude mais criativa e transformadora das relações intra-organizacionais. E essa atitude não se dará se continuarmos a "ensinar" e "praticar" o conhecimento administrativo segundo os postulados tradicionais dos compêndios de Administração, quer no plano da gestão pública, quer no da administração privada.

* Artigo escrito em outubro de 1988.

** Professor na Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getulio Vargas. (Endereço do autor: Praia de Botafogo, 190 - sala 526.1 - 22.253 - Rio de Janeiro - RJ.)

[1] Guerreiro Ramos, Alberto. *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Rio de Janeiro, FGV, 1981. p. 1.

2. *A saída interdisciplinar*

Os postulados tradicionais no estudo da Administração, principalmente aqueles considerados clássicos, desenvolviam suas teses de forma "unidisciplinar", isto é, exploravam de maneira sistemática conhecimentos que apresentavam características próprias,[2] como é o caso dos princípios de administração idealizados pelo taylorismo e operacionalizados pela gestão privada, ou, segundo as normas do Direito Administrativo, na gestão pública. Com o advento dos chamados comportamentalistas e, posteriormente, de maneira mais enfática, por meio do enfoque sistêmico, procurou-se tornar interdisciplinar o estudo do fato administrativo.

No primeiro caso, verificou-se que o método parcializava a compreensão por meio de uma linguagem que procurava homogeneizar a eficiência do processo de trabalho no interior das organizações, desconsiderando, na maioria das vezes, o contexto sócio-econômico, político e cultural das relações de produção. A busca dessa eficiência verificou-se, posteriormente, como sendo uma racionalidade que produzia a reificação do homem, para o qual o cronômetro constituía o instrumento referencial. A "humanização" que se procurou via psicologia social ampliava o enfoque mas não tornava interdisciplinar a questão; na realidade, complementava acriticamente o mito da chamada administração científica. Esse novo enfoque que a conhecida escola de relações humanas intentou a partir de Hawthorne não passou de uma visão paradisíaca das possibilidades de melhorar o processo produtivo.

Apesar da identificação e caracterização dos grupos informais e outras relações interpessoais, esta abordagem não percebeu a origem da índole antitética dessas relações dentro do contexto mais amplo da sociedade.

O esforço interdisciplinar surge com os modismos comportamentalista e sistêmico no estudo das organizações, aí entendendo-se interdisciplinaridade como a troca de conhecimentos especializados, dentro de um espaço específico de estudo que, no caso, seria o das organizações. Este esforço não trazia, contudo – ingênua ou propositadamente –, à discussão as causas estruturais que desmotivam o homem no trabalho. Ou então percebiam "parsonianamente" o problema, na medida em que a busca da homeostase para manutenção do equilíbrio do sistema desconsiderava os vetores tempo e espaço, segmentos que movimentam qualquer sistema social.

Essa cooperação entre várias disciplinas, ainda que necessária, não contribuiu, contudo, para desmascarar o caráter racional-instrumental de efeito tecnológico-autoritário da análise e prescrição do fato administrativo.

Podemos ainda verificar que, apesar deste esforço de interação de outras áreas do conhecimento com a Administração, há uma tendência de ação racional de excluir a possibilidade de reflexão compreensiva dos meios utilizados na prática gerencial, tornando a razão instrumental auto-suficiente e, por conseguinte, divorciada da realidade. Na utopia de um controle técnico sobre a história, o homem não só aparece como *homo faber*, que se objetiva em suas relações de produção, mas também como *homo fabricatus*,[3] integrado ao seu aparato tecnológico. A visão tradicional da organização como um sistema de interação de seres humanos que organizam conscientemente sua prática administrativa fica substituída, quando do uso inconsciente da racionalidade funcional, pela idéia da auto-regulação do sistema, tornando supérfluo o exercício político da cidadania.

[2] Japiassu, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro, Imago, 1976. p. 72.
[3] McCarthy, Thomas. *La teoría crítica de Jurgen Habermas*. Madrid, Tecnos, 1987. p. 29.

Por outro lado, as teorias organizacionais têm mantido a interpretação e ordenamento das organizações segundo a lógica de encadeamento de meios e fins, isto é, tentam explicar as ações implementadas pelas organizações pela função que estas exercem no conjunto da vida social. Não negamos a importância que algumas organizações têm no desempenho de funções vitais na sociedade. O que não aceitamos é a pretensão de se querer explicar o fato administrativo e a maneira como ele é decidido a partir, exclusivamente, da função ou papel que as organizações possuem no contexto sócio-econômico. As organizações, para sobreviverem, respondem às suas necessidades gerando novas necessidades,[4] como é o caso das grandes empresas produtoras de bens e serviços que suscitam desejos irreprimíveis, criando, inclusive, novas hierarquias sociais.[5] Portanto, essa visão ordenada de meios e fins não passa de um enfoque ideal-funcionalista que fere mortalmente a realidade econômica de determinadas sociedades.

3. *A saída antiparadigmática*

Esta "saída" não propõe qualquer paradigma, pois acreditamos que os até agora existentes privilegiam a razão funcional homogeneizadora do homem nas organizações. A "saída" está em resgatar conhecimentos que não circulam na "normalidade" dos estudos administrativos, mas que podem auxiliá-los em sua emancipação. A proposta central é a de que, pela via habitual, não conseguiremos acompanhar as manifestações de pós-modernidade, isto é, não há possibilidade de compreendermos o fato administrativo pela via da modernidade, já que ela fragmentou em especificidades independentes o conhecimento administrativo e abandonou-as à competência estreita dos especialistas.[6] O fato é que a análise e a prescrição da ação administrativa não podem ser feitas exclusivamente pela razão instituída. A elas há que se contrapor conhecimentos que subvertam o idealismo da razão instrumental nas organizações para que, por meio do processo dialógico, se alcance temporariamente a síntese pretendida. O caráter temporário dessa síntese deriva do constante movimento não-inercial que ocorre nas relações sociais dentro e fora das organizações.

O antiparadigma, há que buscá-lo fora da bibliografia que privilegia a funcionalidade. E esta bibliografia não-convencional encontra-se nos escritos deserdados pela tecnocracia e pela comunidade acadêmica. Podemos achá-los nos escritores tidos como "malditos" pelo "sistema" ou nos textos dos partidários da acracia, por exemplo, cujas idéias, por mais absurdas que possam ser para alguns, podem contribuir para aperfeiçoar o conhecimento administrativo. Por que acreditamos nessa possibilidade? Porque aceitamos que as contradições servem para promover o conhecimento em dado momento da análise, ou seja, o confronto negociado da racionalidade administrativa com conceitos aparentemente esdrúxulos, contribuiria para melhorar o conteúdo ingênuo e mecanicista das teorias organizacionais. Confrontar conhecimentos, ainda que polarizados, não é perder a razão, mas sim encontrá-la temporariamente.

[4] Castoriadis, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. p. 141.
[5] Baudrillard, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa, Edições 70, 1981. p. 15.
[6] Lyotard, Jean-François. *O pós-moderno explicado às crianças*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987. p. 14.

O problema não está na racionalidade instrumental como tal, mas sim na sua falta de visão abrangente em favor da exclusividade do pensamento técnico. Estender a ação racional relativa a fins a todas as esferas de decisão, é reduzir a práxis a *téchne*. A proposta aqui intentada não é a de romper radicalmente com a razão técnica, mas situá-la dentro de um enfoque mais abrangente no qual conhecimentos distintos daqueles tradicionalmente aceitos a ele se incorporariam. Este argumento apóia-se no fato de que a epistemologia continua a ser desenvolvida a favor das teorias organizacionais, constituindo conhecimentos de falsa consciência. Ele é inteiramente condicionado pelo fato de não poder e não querer pensar a partir de sua base sócio-econômica. Portanto, é a linguagem da contradição que devemos utilizar para movimentar o marasmo em que se encontra o pensamento administrativo. E essa mudança só terá efeito se entendermos a atitude antiparadigmática como uma ruptura que não se submete previamente às lógicas já disponíveis.

4. *Começo*

A estrutura de redação de um texto, qualquer que seja sua natureza, prevê, geralmente, o item dedicado à *introdução* para iniciá-lo e o de *conclusão* como término. No entanto, aqui incitamos o leitor, em vez de introduzi-lo no tema. Esta atitude é proposital, já que desejamos desmistificar a razão funcional não a partir de seus postulados, mas sim de fora deles. Há a necessidade de uma crítica externa, de um conjunto de pressupostos alternativos[7] fora do convencional. São necessários sistemas conceituais que provisoriamente ponham em causa a linearidade modernizante da racionalidade administrativa não com uma atitude misoneísta, de desconfiança em relação a novidades, mas sim reflexiva.

Por outro lado, não concluímos, começamos, pois seria contraditório propor qualquer saída na medida em que a suposição básica deste artigo é a de que não há razão que justifique a permanência de outra razão. Não é possível simplesmente substituir uma razão por outra. O intenso é fazer com que o leitor perceba que todo conhecimento produzido sobre o fato administrativo tem limitações que não são exclusivas do conhecimento administrativo, mas sim de toda epistemologia. Significa dizer também que não negamos a modernidade nem tampouco menosprezamos o papel importante de quem a reproduz. O que negamos é a possibilidade de que a explicação e prescrição do fato administrativo sejam privativas da literatura administrativa ou das chamadas ciências sociais. Há que se "revolucionar" o saber administrativo para não se cair no erro metodológico de assumir como modelo universal a objetividade científica[8] que, no fundo, separa metafisicamente teoria e prática. Pensar diferente do "anormal" é reconhecer "que jamais existiu e jamais existirá uma palavra única; porque, acima de tudo, existe a diferença".[9]

Summary

Organizational theories as metaphysical approaches to administrative action. Functional rationality focussed more comprehensively, to the point of incorporating unconventional matters to the study of administration.

[7] Feyrabend, Paul. *Contra o método*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977 p. 42.
[8] Vatino, Gianni. *As aventuras da diferença*. Lisboa, Edições 70, 1988. p 37.
[9] Id. ibid. p. 145.